



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Reitoria
Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pouso Alegre, Pouso Alegre / MG, CEP 37553-465 - Fone: (35) 3449-6150

PROJETO BÁSICO - CADERNO GERAL

“PROJETO BÁSICO - CADERNO GERAL”

Obra: SALÃO ADMINISTRATIVO 1º PAVIMENTO

ÁREA DA EDIFICAÇÃO = 340,58 m²

CAMPUS POUSO ALEGRE - IFSULDEMINAS

Prop.: IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Sul de Minas Gerais – Campus Pouso Alegre

Local: Avenida Maria da Conceição Santos, nº 900 - Bairro Parque Real
Pouso Alegre /MG / CEP: 37.560-260

JULHO 2020

PROJETO BÁSICO - CADERNO GERAL

OBRAS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA BÁSICA INTERNA DE SALÃO ADM. 1º PAV. NO CAMPUS POUSO ALEGRE/IFSULDEMINAS

1. INTRODUÇÃO

1. Este PROJETO BÁSICO - CADERNO GERAL, visa orientar na contratação de empresa de engenharia, especializada no ramo, para execução de obra de engenharia com fornecimento de mão de obra e materiais.
2. Segundo a **OT - IBR 002/2009 do IBRAOP** (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas) **Obra de Engenharia** é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66. Para efeito desta Orientação Técnica, conceitua-se:
 1. **Ampliar:** produzir aumento na área construída de uma edificação ou de quaisquer dimensões de uma obra que já exista.
 2. **Construir:** consiste no ato de executar ou edificar uma obra nova.

3. **Fabricar:** produzir ou transformar bens de consumo ou de produção através de processos industriais ou de manufatura.
4. **Recuperar:** tem o sentido de restaurar, de fazer com que a obra retome suas características anteriores abrangendo um conjunto de serviços.
5. **Reformar:** consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual.

1.2. Estabelece também as normas gerais e específicas, os métodos de trabalho e os padrões de conduta para a execução dos serviços descritos abaixo no item OBJETO tomando-se como referência os documentos anexos tais como: as Especificações Técnicas (Memorial Descritivo), a Planilha Orçamentária (Sintética e Analítica), o Cronograma Físico-Financeiro, os Projetos Executivos e demais documentos contratuais.

Estabelece as condições e requisitos técnicos que deverão ser obedecidos pela CONTRATADA na execução dos serviços e em conjunto com todos os projetos, Normas Técnicas Brasileiras aqui citadas ou não, ou ainda aquelas que porventura venham a substituí-las, servirá de documento hábil a ação da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA, antes do início de qualquer uma das atividades relacionadas com a obra deve ter, obrigatoriamente, conhecimento total e perfeito de todos os projetos com respectivos memoriais e especificações técnicas, deste caderno geral, da planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, BDI e das condições locais onde será implantada a edificação.

A CONTRATADA, nos termos da legislação vigente, assume integral responsabilidade técnica e civil sobre todos os materiais e serviços adotados na execução da obra.

A CONTRATADA fornecerá todos os materiais, mão-de-obra e o maquinário necessário para a realização dos trabalhos previstos em detalhes constantes do presente memorial, isto é, serviços preliminares, fundações, estruturas, alvenarias, impermeabilizações, equipamentos e sistemas de proteção e combate a incêndio e pânico etc. Para execução das obras projetadas o presente Caderno não limita a aplicação da boa técnica e experiência por parte da CONTRATADA, indicando apenas as condições mínimas necessárias as quais deverão obrigatoriamente atender às normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e no que for específico, àquelas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, quanto a sua execução e aos materiais empregados.

Considerações preliminares

- A execução dos serviços obedecerá rigorosamente aos projetos e estas especificações, não podendo ser inserida qualquer modificação sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO.
- Os projetos e especificações são elementos que se completam, devendo as eventuais discordâncias serem resolvidas pela FISCALIZAÇÃO com a seguinte ordem de prevalência: projetos e especificações.
- Nessas especificações fica esclarecido que só será permitido o uso de materiais ou equipamentos similares aos especificados se rigorosamente equivalentes, isto é, desempenharem idênticas funções construtivas e apresentarem as mesmas características formais e técnicas.
- De modo algum a atuação da FISCALIZAÇÃO eximirá ou atenuará a responsabilidade da empresa CONTRATADA pela perfeição da obra em todos os seus detalhes.
- Os serviços e materiais obedecerão sempre às normas e métodos pertinentes da ABNT.
- Os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos, de primeira qualidade e obedecerão as especificações do presente memorial, às normas da ABNT no que couber e, na falta destas, ter suas características reconhecidas em certificados ou laudos emitidos por laboratórios tecnológicos idôneos.
- Caberá à CONTRATADA a elaboração dos desenhos "As Built" incidentes sobre todas as áreas trabalhadas, seus respectivos projetos, existentes ou não, que sofram alguma alteração pertencente a esta contratação.
- Caberá à CONTRATADA conseguir todas as aprovações necessárias junto às

concessionárias locais e o respectivo documento de Habite-se junto à Prefeitura local e, principalmente, entregar a respectiva baixa CND da CEI/CNO da obra obtida junto à Receita Federal do Brasil.

2. JUSTIFICATIVA

A construção deste salão administrativo sobre as 05 Salas de Aulas trata-se da primeira fase de construção de salas individuais para docentes do Campus Pouso Alegre. Como a questão orçamentária está bastante comprometida no momento, faremos a construção pensada em dois momentos. Nesta primeira etapa da construção faremos a parte básica desta implantação já que temos toda a parte externa e as janelas e peitoris prontos. Faremos a intervenção por ora no espaço que agora dispomos pretendendo construir amplo salão que abrigará inúmeras atividades práticas didático-pedagógicas, na busca do envolvimento de diferentes atividades de ensino que acarretem inovações didáticas docentes e discentes. Para tanto construiremos toda a área interna do grande salão sobre as 05 salas de aulas, obra recentemente construída no piso térreo e espaço já reservado para tal finalidade. Acharmos fundamental aproveitarmos este espaço para realizarmos ações interdisciplinares planejadas em disciplinas curriculares, contribuindo para a integração entre as diversas áreas do Campus, auxiliando no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e dinâmicas a partir da aproximação entre o corpo docente e discente, contribuindo para o desenvolvimento profissional, aprimoramento no uso de ferramentas tecnológicas e troca de informações, almejando para o futuro maior preparo de nossos alunos em sua integração em empresas e na comunidade.

3. OBJETO

3.1. Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução de serviços de engenharia com fornecimento de mão de obra e materiais para construção de ambiente e infraestrutura básica internos de amplo salão administrativo no 1º pavimento do edifício das 05 Salas de Aulas (térreo) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) – Campus Pouso Alegre, constando de aquisição de equipamentos, materiais e execução de serviços, conforme indicado no Projeto Básico, Planilhas de Custos, demais anexos do edital e que serão prestados nas condições estabelecidas nesses documentos. Área interna a ser construída de 340,58 m².

3.2. Os serviços que ora serão contratados são soluções comuns da engenharia construtiva e que já estão implantados, onde não cabe a troca por nenhuma outra tecnologia em sua aplicação. São serviços complementares ao que já está estabelecido. O que estamos trabalhando e aperfeiçoando são os critérios de sustentabilidade e de acessibilidade geral que podemos citar:

- Emprego de tintas à base d'água, livre de compostos orgânicos voláteis;
- Andaimos metálicos que permitam reutilização;
- Revestimentos impermeáveis e antipoluentes nos ambientes internos, de fácil limpeza, que atendam ao conforto térmico e acústico das edificações;
- Adequação de comandos de iluminação e sempre que possível o aproveitamento da luz e ventilação naturais;
- Uso de lâmpadas LED de alta eficiência energética com qualidade, durabilidade e eficiência;
- Uso de cabos de alta eficiência elétrica;
- A área interna que será construída está em um edifício construído ao lado de outra edificação onde estão instalados os cursos de técnico em edificações e o curso de engenharia civil do Campus Pouso Alegre. Esta edificação já conta com total acessibilidade através de rampas de acesso e possui conjunto de sanitários totalmente preparados para pessoas com necessidades especiais, atendendo integralmente a NBR 9050;

A edificação na sua parte interna que é objeto desta contratação já conta com preparo para reaproveitamento de águas de chuva, através da construção anterior de sistema de

captação, reserva e reutilização de águas pluviais.

3.3. Total do objeto a sofrer intervenção nesta fase igual a 340,58 m² de edificações em primeiro pavimento, parte interna somente, Campus Pouso Alegre/IFSULDEMINAS.

4. LOCAL

4.1. A obra de engenharia (**OT - IBR 002/2009 do IBRAOP**) será realizada na Avenida Maria da Conceição Santos, nº 900 - Bairro Parque Real, Pouso Alegre /MG / CEP: 37.560-260, endereço do Campus Pouso Alegre/IFSULDEMINAS.

5. DOS SERVIÇOS

5.1. A obra será executada pela CONTRATADA obedecendo-se as normas legais e regulares pertinentes e de acordo com este Projeto Básico-Caderno Geral e seus anexos, bem como o Edital e seus anexos.

6. REGIME DE EXECUÇÃO

6.1. A obra será executada sob regime de execução indireta, modelo de disputa fechado, licitação do tipo maior desconto global, mediante empreitada por preço global, de acordo com o disposto na alínea "a", do inciso II do art. 10 da Lei nº 8.666/93.

6.2. Importante frisar que fica desde já a expressa concordância dos licitantes participantes pelo sistema de EPG - Empreitada por Preço Global e portanto de acordo com o Decreto 7.983/08ABR2013, art.13, II; e Acórdão 1977/2013 TCU/Plenário:

Dec. 7983/2013 - Art. 13. Em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço global e de empreitada integral, deverão ser observadas as seguintes disposições para formação e aceitabilidade dos preços:

II - deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, **dez por cento do valor total do contrato**, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#) (vide a seguir);

Lei 8666/93 - Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até **25%** (vinte e cinco por cento) do **valor inicial atualizado do contrato**, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de **50%** (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

7. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA

7.1. O orçamento de referência para a execução da obra é de **R\$ 203.233,92** (Duzentos e Três Mil, Duzentos e Trinta e Três Reais e Noventa e Dois Centavos) e foi elaborado com base na mediana dos preços apresentados pelo SINAPI/CEF data base de Junho 2020 e do SETOP/MG data base de Janeiro 2020 conforme disposto no decreto Nº 7.983, de 08 de abril de 2013, desonerados.

7.2. Os preços apresentados pela proponente deverão respeitar os seguintes critérios:

7.2.1. O preço global não poderá ser superior ao orçamento de referência;

7.2.2. A dotação orçamentária estará definida no Edital.

8. COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As proponentes deverão apresentar os seguintes documentos a título de verificação de sua qualificação técnica:

8.1. Declaração de Vistoria, segundo modelo fornecido pelo IFSULDEMINAS, devidamente assinada pelo representante técnico legal da licitante e com o visto do servidor do IFSULDEMINAS, ou declaração formal de pleno conhecimento das condições e

peculiaridades da obra. Importante frisar na presente Declaração de Vistoria ou caso a empresa abra mão desta visita técnica, que a mesma não alegará posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração de valor do contrato caso esta seja a vencedora do certame licitatório.

8.2. Certidão de Registro da empresa no CREA-CAU, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo, da região a qual está vinculada a licitante, comprovando atividade relacionada com o objeto deste Projeto Básico.

8.3. Certidão de Registro da empresa no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais para execução de Projeto de Combate a Incêndio e Pânico, quando for o caso objeto da contratação.

8.4. Capacidade técnico-profissional comprovada mediante apresentação de atestado(s) ou declaração de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA-CAU da região competente, que comprove ter o responsável técnico executado obras compatíveis com o objeto deste Projeto Básico.

8.5. O responsável técnico da empresa pela implementação do Projeto de Combate a Incêndio e Pânico deverá ser cadastrado para esta atividade no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, quando for o caso objeto da contratação.

8.6. Declaração indicando o nome, CPF, nº do registro na entidade profissional competente, do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto deste Projeto Básico.

8.7. O nome do responsável técnico indicado deverá ser o mesmo que constar do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica apresentado.

8.8. Comprovação de que o responsável técnico pertence ao quadro permanente da licitante, na data fixada para apresentação da proposta, profissional de nível superior com formação em Engenharia Civil/Arquiteto, detentor do atestado(s) de responsabilidade técnica devidamente registrado(s) no CREA/CAU da região competente, relativo(s) à execução da obra compatível com o objeto deste Projeto Básico.

8.8.1. A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou da ficha de registro de empregado, ou de contrato de prestação de serviço, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio.

9. EQUIPE DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Engenheiro/Arquiteto:

9.1.1. A obra será dirigida pelo responsável técnico apresentado.

9.1.2. A FISCALIZAÇÃO poderá vir a exigir da CONTRATADA a substituição do engenheiro/arquiteto, desde que verifique falhas que comprometam a estabilidade e ou a qualidade dos serviços, inobediência dos respectivos projetos e das especificações constantes das Especificações Técnicas (Memorial Descritivo), bem como atrasos parciais do Cronograma Físico, que impliquem prorrogação do prazo final dos serviços.

9.1.3. Todo o contato entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA será, de preferência, procedido através do responsável técnico.

9.2. Encarregado Geral:

9.2.1. O encarregado geral auxiliará o responsável técnico na supervisão dos trabalhos.

9.2.2. A pessoa para ocupar o cargo deverá possuir experiência comprovada adquirida no exercício de função idêntica, em obra com características semelhantes à contratada.

9.2.3. A FISCALIZAÇÃO poderá exigir da CONTRATADA a substituição do encarregado geral, desde que verificada a sua incompetência para a execução das tarefas, bem como apresentar hábitos de conduta não sadios e/ou nocivos à boa administração da obra.

9.3. Dos executores dos serviços:

9.3.1. O dimensionamento da equipe ficará a cargo da CONTRATADA, de acordo com o plano de obra e trabalho previamente estabelecido.

9.3.2. A FISCALIZAÇÃO poderá exigir da CONTRATADA a substituição de qualquer profissional do canteiro, desde que verificada a sua incompetência para a execução das tarefas, bem como apresentar hábitos de conduta não sadios e/ou nocivos à boa administração da obra.

9.3.3. A substituição de qualquer pessoa será processada, no máximo 48 horas após a comunicação, por escrito, da FISCALIZAÇÃO.

9.4. Observação importante sobre contratação de mão-de-obra:

9.4.1. Destacamos que de acordo com o Decreto 9450-24JUL2018, art. 5º:

Dec. 9450/2018 - Art. 5º. Na contratação de serviços, inclusive os de engenharia, com valor anual acima de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão exigir da contratada o emprego de mão de obra formada por pessoas presas ou egressos do sistema prisional, nos termos disposto no § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

10. LIMPEZA E MANUTENÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS

10.1. A CONTRATADA cuidará para que todas as partes do canteiro permaneçam sempre limpas e arrumadas, com os materiais estocados e empilhados em local apropriado, por tipo e qualidade.

10.2. A remoção de todo entulho para fora do canteiro será feita diariamente pela CONTRATADA e a seu ônus, em horário previamente definido junto a FISCALIZAÇÃO.

10.3. Os serviços de demolição (se houverem) e remoção serão executados com equipamentos que garantam perfeita segurança no desenvolvimento dos trabalhos e fiel acompanhamento do cronograma estabelecido.

10.4. O reaproveitamento do material de demolição será, em todo e qualquer caso, decidido exclusivamente pela FISCALIZAÇÃO.

10.5. O entulho deverá ser transportado e depositado em caçambas, cuja localização das mesmas será estabelecido entre a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO. Durante o transporte, os veículos deverão ser carregados de modo a evitar o derramamento do entulho. Caso isso ocorra, será de responsabilidade da CONTRATADA a limpeza dos locais de acordo com as exigências da FISCALIZAÇÃO.

10.6. Todos os elementos construtivos removidos deverão ser depositados em local apropriado e devidamente transportados para áreas em conformidade com as exigências legais e de acordo com o código de postura municipal.

10.7. Serão obedecidas todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho, contidas na Norma Reguladora NR 18, aprovada pela Portaria 3214, de 08/06/1978 do Ministério do Trabalho, publicada no DOU de 06/07/1978.

10.8. Haverá particular atenção para o cumprimento das exigências de proteger as partes móveis dos equipamentos e de evitar que as ferramentas manuais sejam abandonadas sobre passagens, escadas, andaimes e superfícies de trabalho, bem como o respeito ao dispositivo que proíbe a ligação de mais de uma ferramenta elétrica na mesma tomada de corrente.

10.9. As ferramentas e equipamentos de uso no canteiro serão dimensionados, especificados e fornecidos pela CONTRATADA de acordo com o seu plano de serviços, observadas as especificações estabelecidas, em cada caso, nas Especificações Técnicas (Memorial Descritivo).

10.10. Todos os materiais a serem empregados deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, e estarem de acordo com as especificações técnicas,

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Encargos Administrativos:

11.1.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução da obra, tais como:

- Salários;
- Seguros de acidente;
- Taxas, impostos e contribuições, encargos sociais e etc.;
- Indenizações;
- Vale-refeição;
- Vale-transporte;
- Outras que por ventura venham ser criadas e exigidas pelos Governos.

11.1.2. Manter os seus empregados sujeitos às condições de horários de funcionamento e segurança do **IFSULDEMINAS/Campus Pouso Alegre**, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o órgão.

11.1.3. Manter, ainda, os seus empregados identificados, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do **IFSULDEMINAS/Campus Pouso Alegre**.

11.1.4. Responder pelos danos causados diretamente ao **IFSULDEMINAS/Campus Pouso Alegre** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução da obra, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à presença da FISCALIZAÇÃO ou o acompanhamento pelo **IFSULDEMINAS/Campus Pouso Alegre**.

11.1.5. Responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do **IFSULDEMINAS/Campus Pouso Alegre** quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços.

11.1.6. Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados durante a execução da obra no **IFSULDEMINAS/Campus Pouso Alegre**.

11.1.7. Assumir inteira e total responsabilidade pela execução da obra, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas a executar.

11.1.8. Verificar e comparar todos os desenhos fornecidos para execução da obra e dos serviços: no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à CONTRATADA formular imediata comunicação escrita à FISCALIZAÇÃO ou ao **IFSULDEMINAS/Campus Pouso Alegre**, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento da obra.

11.1.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência pela CONTRATADA, ou no prazo para tanto estabelecido pela FISCALIZAÇÃO.

11.1.10. Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente.

11.1.11. Fornecer instalações adequadas para a FISCALIZAÇÃO da obra.

11.1.12. Prestar a garantia em relação a obra, exigida por este Projeto Básico-Caderno Geral, conforme o disposto no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

- Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

§1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; [\(Redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004\)](#)

II - seguro-garantia; [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

III - fiança bancária. [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94\)](#)

11.1.13. A CONTRATADA deverá prestar **garantia de execução contratual**, com valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo de 10 (dez) dias corridos, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

11.1.13.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

11.1.13.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco dias) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666, de 1993.

11.1.13.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- Prejuízos diretos causados à Administração decorrente de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- Multa moratória e punitiva aplicadas pela Administração à contratada; e
- Obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

11.1.13.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

11.1.13.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.1.13.6. Caso a opção seja por títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.1.13.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

11.1.13.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.1.13.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.1.13.10. Será considerada extinta a garantia:

- Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a

Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

11.1.14. A contratada deverá fazer, em SEGURADORA idônea e apresentar à Administração do IFSULDEMINAS, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do Contrato, **seguro contra riscos de engenharia**, com validade para todo o período de execução da obra

11.1.14.1 A apólice de seguro riscos de engenharia, com validade para todo o período de execução da obra, deverá cobrir eventuais prejuízos de origem súbita e imprevista por qualquer causa, inclusive as avarias causadas por erros de projetos, desentulho e despesas extraordinárias, respeitadas as disposições legais, tendo a CONTRATADA como BENEFICIÁRIA e o IFSULDEMINAS como COSSEGURADO, e com valor (importância segurada) e prazo de vigência não inferiores aos do Contrato.

11.1.14.2. A apólice supracitada deverá ser entregue acompanhada da cópia do comprovante de pagamento do prêmio tarifário total ou parcelado. Neste caso, o comprovante de pagamento de cada parcela, tão logo seja efetuado, deverá ser remetido à CONTRATANTE, sob pena de aplicação das cominações previstas no instrumento contratual.

- Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
- Número da licitação;
- Número do contrato;
- Objeto a ser contratado, especificado neste Edital;
- Localidade do risco, destacando o nome da obra onde será executado o objeto licitado;
- Nome e número do CNPJ do emitente (seguradora);
- Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (contratante da apólice);
- Nome e número do CNPJ da BENEFICIÁRIA e do COSSEGURADO.

11.1.14.3. O valor segurado deverá ser corrigido toda vez que incidir correspondente correção no montante contratual. Do mesmo modo, se houver prorrogação do prazo contratual, a vigência da apólice deverá ser prorrogada por igual período.

11.1.14.4. Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, o CONTRATADO responderá pelos danos e prejuízos que causar à Administração, propriedade ou posse de terceiros, em decorrência da execução da obra.

11.1.14.5. Coberturas mínimas: BÁSICA:

- Seguros para obras civis em construção (OCC) riscos inerentes à construção ou erro de execução ou de projeto, inclusive falhas de construção, incêndio, explosão e sabotagens;
- Riscos de natureza (danos causados por vendaval, queda de granizo, queda de raio, alagamento, desmoronamento, entre outros).
- A cobertura básica contemplará 100% (cem por cento) do valor do contrato.

11.1.14.6. Coberturas mínimas: ESPECIAIS:

- Despesas extraordinárias: cobre despesas de mão de obra para serviços noturnos e/ou realizadas em feriados e finais de semana para consertos ou fretamento de meio de transporte.
- Despesas de salvamento e contenção de sinistros: cobre despesas com providências de emergência para conter as consequências de prejuízo decorrente de acidentes. Valor de cobertura: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- Obras temporárias: cobre danos materiais causados exclusivamente a

- Obras temporárias: cobre danos materiais causados exclusivamente a barracões e andaimes existentes no local da construção. Percentual de cobertura: 10% (dez por cento) do valor do contrato.
- Percentual de cobertura: 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- Obras concluídas: cobre danos materiais causados a partes da obra quando finalizadas. Percentual de cobertura: 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- Desentulho do local: cobre despesas com a retirada de entulho do local. Percentual de cobertura: 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- Tumultos: cobre despesas com danos causados por tumulto, greve ou greve patronal (lockout). Percentual de cobertura: 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

11.1.14.7. Coberturas mínimas: ADICIONAIS:

- Responsabilidade Civil Geral e Cruzada: cobre os danos materiais e corporais causados involuntariamente a terceiros, decorrentes da execução da obra por empreiteiros ou subempreiteiros ligados diretamente ao segurado principal na prestação de serviços durante o prazo de vigência da apólice. Além de garantir indenização por danos a terceiros, cobre gastos com honorários de advogados. Percentual mínimo de cobertura: 10% (dez por cento) do valor do contrato.
- Propriedade circunvizinha: cobre danos materiais e outros bens de propriedade do segurado ou bens de terceiros sob a sua guarda, custódia ou controle, existentes no canteiro de obras, desde que comprovadamente decorrentes dos trabalhos de execução ou testes. Percentual de cobertura: 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- Lucros cessantes decorrentes de responsabilidade civil: garante as quantias pelas quais o segurado é responsável, referentes a perdas financeiras e lucros cessantes causados involuntariamente a terceiros em decorrência dos trabalhos pertinentes à obra. Percentual de cobertura: 20% (vinte por cento) da cobertura de Responsabilidade Civil Geral e Cruzada.
- Danos morais decorrentes de responsabilidade civil: cobre danos morais causados involuntariamente a terceiros em decorrência dos trabalhos pertinentes à obra. Percentual de cobertura: 20% (vinte por cento) da cobertura de Responsabilidade Civil Geral e Cruzada.

11.1.15. Para cumprimento do dever legal que incumbe a todo empregador de providenciar o **seguro obrigatório contra riscos de acidente de trabalho (SAT)** de seus empregados, deverá a CONTRATADA demonstrar que os profissionais encarregados da execução dos serviços detêm vínculo de trabalho formal, acobertados pela referida obrigação legal (Constituição Federal de 1988, artigo 7º, XXVII; Lei nº 6.367/1976), por meio de documentos hábeis.

11.1.16. Submeter à aprovação do Setor de Obras de Infraestrutura do IFSULDEMINAS, antes do início dos trabalhos, a relação nominal de seu pessoal técnico envolvido com a execução da obra.

11.1.17. Permitir, aos técnicos do Setor de Obras de Infraestrutura do IFSULDEMINAS e àqueles a quem o IFSULDEMINAS formalmente indicar, acesso às suas instalações e a todos os locais onde estiverem sendo estocados materiais relacionados com o objeto.

11.1.18. Permitir a FISCALIZAÇÃO da obra e dos serviços, conforme condições previstas no item Acompanhamento e Fiscalização.

11.1.19. Comunicar ao Setor de Obras de Infraestrutura do IFSULDEMINAS, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

11.1.20. Responsabilizar-se pelos serviços, operação, manutenção e segurança do canteiro,

vigilância, organização e manutenção do esquema de prevenção de incêndio, bem como outras construções provisórias necessárias, conforme previsto nas Especificações Técnicas.

11.1.21. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela Comissão fiscalizadora do IFSULDEMINAS e pelos atrasos acarretados por esta rejeição.

11.1.22. Responsabilizar-se por todo transporte necessário à prestação dos serviços contratados, bem como por ensaios, testes ou provas necessários, inclusive os mal executados.

11.1.23. Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados, junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a FISCALIZAÇÃO do IFSULDEMINAS julgar necessário.

11.1.24. Providenciar, após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica-ART no CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica-RRT no CAU da região onde a obra será realizada, entregando uma via à Comissão de Fiscalização instituída pelo IFSULDEMINAS.

11.1.25. Exigir de seus subcontratados, quando for o caso, cópia da ART/RRT dos serviços a serem realizados, apresentando-a à Comissão de Fiscalização instituída pelo IFSULDEMINAS, quando solicitado.

11.1.26. Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos.

11.1.27. Submeter à aprovação da Comissão fiscalizadora e à Coordenação de Obras de Infraestrutura do IFSULDEMINAS, o(s) nome(s) e o(s) dado(s) demonstrativo(s) da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado.

11.1.28. Submeter à Comissão fiscalizadora e à Coordenação de Obras de Infraestrutura do IFSULDEMINAS as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução.

11.1.29. Garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os serviços executados, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme disposto no Código Civil Brasileiro.

11.1.30. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá, sob pena de ser incluída no cadastro de empresas suspensas de participar em licitação realizada pelo IFSULDEMINAS, atender aos chamados da Coordenação de Obras de Infraestrutura do IFSULDEMINAS no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial.

11.1.31. Manter, durante toda a execução da obra, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Contrato e no Edital.

11.1.32. Efetuar o registro do Contrato no CREA/MG ou CAU/MG, cumprindo-se o disposto da Lei nº 6.496, de 07/12/1977.

11.1.30. Indenizar ou restaurar os danos causados às vias ou logradouros públicos.

11.1.33. Cumprir cada uma das normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho.

11.1.34. Obter junto a Prefeitura Municipal, na forma das disposições em vigor, a seguinte documentação:

11.1.34.1. O alvará de construção e, também se necessário, o alvará de demolição, reforma ou ampliação.

11.1.34.2. A Certidão de Habite-se após a conclusão do serviço.

11.1.35. Obter junto ao INSS, o Certificado de Matrícula (CEI) relativo ao objeto do contrato, de forma a possibilitar o cadastramento da obra para execução e ao final dos trabalhos, obter a respectiva Certidão Negativa de Débitos (CND).

11.1.36. Obter junto às concessionárias locais de energia, água e esgoto e ainda gás (se houver), as respectivas ligações definitivas, ligadas, testadas e aprovadas.

11.1.37. Apresentar à Delegacia Regional do Trabalho antes do início dos trabalhos, as informações pertinentes à sua identificação e ao objeto do contrato, bem como o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, de conformidade com a Portaria N.º 4/95 da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho e modificações posteriores.

11.1.38. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o IFSULDEMINAS.

11.1.39. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do **IFSULDEMINAS/Campus Pouso Alegre**.

11.1.40. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a esse contrato e respectivo Edital, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou contingência.

11.1.41. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas diretas e indiretas, tais como, transporte, equipamentos de segurança, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciários, indenizações civis e quaisquer outras que sejam devidas aos empregados da CONTRATADA no desempenho dos serviços, ficando ainda o IFSULDEMINAS isento de vínculo empregatício com os mesmos; serão ainda de responsabilidade da CONTRATADA os encargos comerciais resultantes da execução deste Contrato, nos termos do art. 71 e § 1º da Lei nº 8.666/93.

- Art. 71. O CONTRATADO é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis ([Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995](#)).

11.1.42. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao IFSULDEMINAS, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o IFSULDEMINAS.

11.1.43. Caberá à CONTRATADA fornecer e conservar, pelo período que for necessário, material, equipamentos e ferramentas adequados e a contratar mão de obra idônea, de modo a reunir permanentemente equipe homogênea e suficiente de empregados que possam assegurar o desenvolvimento satisfatório da obra.

11.1.44. Observar as leis, regulamentos e posturas edilícias referente aos serviços e à segurança pública, bem como às normas técnicas da ABNT, exigências do CREA/CAU-MG e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

11.1.45. Responsabilizar-se pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.

11.1.46. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao

pessoal alocado na obra.

11.1.47. Fica expressamente, proibido, a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do IFSULDEMINAS durante a vigência do contrato.

11.1.48. Fica obrigada a aceitar nestas mesmas condições os acréscimos ou supressões que se fizerem na execução da obra, conforme o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

- § 1º_O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

11.1.49. Deverá manter os documentos de cadastramento no SICAF em pleno vigor, durante toda a execução do Contrato.

11.1.50. E as demais obrigações contidas na Lei nº 8666/93, independentemente de transcrições.

11.2. Segurança e Saúde no Trabalho:

11.2.1. Antes do início dos trabalhos, a CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução do serviço.

11.2.2. Atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em lei, na condição de única e responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas na execução do objeto do contrato.

11.2.3. Será obrigatório por parte dos operários, o uso de equipamentos de segurança: Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletiva (EPC). O não cumprimento desta obrigatoriedade proporcionará a interrupção dos serviços, a qualquer momento, pela FISCALIZAÇÃO ou Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do IFSULDEMINAS. Não poderá permanecer trabalhando qualquer operário que se recusar ou negligenciar o uso dos equipamentos mencionados.

11.2.4. O fornecimento dos equipamentos de segurança é de responsabilidade da CONTRATADA.

11.2.5. É de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de uniformes aos seus funcionários, formado de conjunto de camisa ou camiseta com logotipo da firma, calça comprida (brim ou sarja), botina de couro com solado de borracha conforme convenção coletiva da categoria. É terminantemente proibido o uso de sandálias ou chinelos por parte dos operários. A FISCALIZAÇÃO poderá a qualquer tempo, independente de aviso ou notificação, suspender a execução da obra, sem ônus para o IFSULDEMINAS, se constatar a falta de tais equipamentos e uniforme.

11.2.6. A CONTRATADA deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.

11.2.7. A CONTRATADA manterá no canteiro de obras os equipamentos de proteção contra incêndio e brigada de combate a incêndio, na forma das disposições em vigor.

11.2.8. Será de responsabilidade do CONTRATADO a elaboração e implementação do PCMAT nas obras com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos da NR-18 e os demais dispositivos complementares de segurança.

11.2.9. O PCMAT deve ser apresentado a todos os trabalhadores, demonstrando sua importância e, principalmente, sua função de estabelecer os procedimentos de segurança. Nenhum PCMAT terá sucesso na sua implantação se não for absorvido e compreendido por todos.

11.2.10. O CONTRATADO deverá elaborar e implementar, caso cabível, até o 15º dia após o início da obra, o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Operacional, com o objetivo de promover e preservar a saúde de seus trabalhadores.

11.2.11. O PCMAT e o PCMSO deverão ser mantidos na obra, à disposição da FISCALIZAÇÃO e do órgão regional do Ministério do Trabalho.

11.2.12. O CONTRATADO deverá elaborar e implementar, caso cabível, até o 15º dia após o início da obra, o PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, com o objetivo de estabelecer uma metodologia de ação que garanta a preservação da saúde dos trabalhadores frente aos riscos dos ambientes de trabalho.

11.2.13. O PCMSO deverá ser planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores identificados nas avaliações realizadas pelo PPRA. Não poderá existir um PCMSO sem que este se baseie em um PPRA atualizado.

11.2.14. O CONTRATADO deverá manter uma ficha técnica de segurança com informações atualizadas sobre segurança e saúde para a proteção dos seus funcionários e clientes.

11.2.15. O contratado deverá apresentar 5 (cinco) dias após o recebimento da ordem de serviço um histograma de previsão de mão de obra/materiais/equipamentos para auxiliar a comissão de fiscalização a acompanhar o desenvolvimento da obra e cumprimento dos prazos de execução. Os dados devem ser atualizados diariamente a fim de demonstrar o andamento real da obra.

11.3. É obrigação da contratada utilizar equipamentos e materiais adquiridos de empresas com autorização do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais para comercialização de dispositivos de Combate a Incêndio e Pânico.

11.4. É de responsabilidade da contratada apresentação de todos os laudos (estanquidade, equipamentos, pressão, vazão e outros) necessários para recebimento dos serviços e apreciação do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, quando for objeto do contrato.

11.5. É de responsabilidade da contratada o treinamento para uso dos dispositivos de Combate a Incêndio e Pânico a colaboradores do **IFSULDEMINAS/Campus Pouso Alegre**, quando for objeto do contrato.

11.6. É de responsabilidade da contratada agendamento e acompanhamento de vistorias para que seja emitido Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), quando for objeto do contrato.

11.6.1. Caso sejam recusados equipamentos e serviços durante a vistoria do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais é de responsabilidade da contratada a correção e nova submissão ao Corpo de Bombeiros, até que seja aprovado, quando for objeto do contrato.

11.6.2. É obrigação da contratada fornecimento de todos os “*As Built*” dos projetos executados.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Caberá ao IFSULDEMINAS, através da FISCALIZAÇÃO, acompanhar o andamento da obra de acordo com este Projeto Básico-Caderno Geral, Especificações Técnicas (Memorial Descritivo), Contrato, Edital e anexos, Projetos, Planilhas e Cronograma Físico-Financeiro.

12.2. Realizar inspeções periódicas no local de execução da obra podendo cobrar da CONTRATADA o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.

12.3. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

12.4. Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre as irregularidades ou imperfeições ocorridas na execução da obra, fixando prazo para sua correção.

12.5. Permitir o livre acesso dos empregados legalmente registrados da CONTRATADA, ao local da obra.

12.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da CONTRATADA.

12.7. Acompanhar e fiscalizar o andamento da obra, por intermédio de Comissão ou servidor para tanto formalmente designados, que deverão, ainda, atestar as faturas.

12.8. Autorizar quaisquer serviços pertinentes, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado e previamente submetido ao IFSULDEMINAS e aprovado pela Administração, desde que comprovada a necessidade deles.

12.9. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pelo IFSULDEMINAS ou com as especificações constantes deste Projeto Básico-Caderno Geral e as Especificações Técnicas (Memorial Descritivo) e ainda os Projetos Executivos e Planilhas Orçamentárias.

12.10. Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes deste Projeto Básico-Caderno Geral, Especificações Técnicas (Memorial Descritivo), do Edital e anexos. Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais e trabalhistas sob sua responsabilidade, antes de efetuar o respectivo pagamento, consultando o SICAF.

12.11. Efetuar os pagamentos na forma convencionada neste instrumento, desde que cumpridas às formalidades legais.

13. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

13.1. No início da execução da obra será cobrado da CONTRATADA a ART- Anotação de Responsabilidade Técnica da prestação de serviços emitida pelo CREA-MG ou o RRT- Registro de Responsabilidade Técnica da prestação de serviços emitido pelo CAU-MG.

13.2. A execução da obra será acompanhada e fiscalizada por Servidor legalmente designado, instituído pelo IFSULDEMINAS, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, devendo:

13.2.1. Promover as avaliações das etapas executadas, observado o disposto no Cronograma Físico-Financeiro.

13.2.2. Atestar os documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos contratados, para efeito de pagamento.

13.3. A autorização para o início da obra será efetivada através de anotação por escrito de ORDEM DE SERVIÇO fornecida pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional do IFSULDEMINAS/Reitoria.

13.4. A CONTRATADA providenciará e manterá Diário de Obras com páginas numeradas e rubricadas pela FISCALIZAÇÃO, onde serão anotadas todas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execução formal, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro.

13.5. Ao final da obra, o Diário referido será de propriedade do IFSULDEMINAS.

13.6. O Diário de Obra deverá ter todas as suas páginas numeradas em ordem sequencial, em 02 (duas) vias, e rubricadas pela FISCALIZAÇÃO. Caberá ao responsável técnico da CONTRATADA o seu preenchimento. Diariamente será dada ciência do preenchimento do Diário à Comissão encarregada da FISCALIZAÇÃO dos serviços que, após efetuar no Diário as anotações referentes às ocorrências relacionadas com a execução da obra, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, destacará uma via de cada página, para seu controle e arquivo. A outra via será arquivada pela CONTRATADA, ficando no próprio Diário.

13.7. Fica reservado ao IFSULDEMINAS, neste ato representado pela Coordenação Geral de Obras e Infraestrutura ou seus prepostos, o direito e a autoridade, para resolver todo e qualquer caso singular e porventura omissos neste Projeto Básico-Caderno Geral e seus anexos, nos projetos fornecidos, nos que venham a ser elaborados e nos demais documentos técnicos e que já não esteja definido em outros documentos técnicos ou

contratuais, como o próprio contrato ou os projetos e outros elementos fornecidos.

13.8. A FISCALIZAÇÃO se reserva o direito de recusar, no todo ou em parte, o material que estiver em desacordo com o solicitado nas Especificações Técnicas e/ou no Memorial Descritivo ou na Planilha de Custos e Quantitativos. Todos os materiais fora das especificações técnicas, de má qualidade ou em desacordo com a proposta poderão ser recusados pela FISCALIZAÇÃO independente de aviso ou notificação prévia.

13.9. A obra será fiscalizada por pessoal credenciado, capacitado e designado pelo IFSULDEMINAS, através da Coordenação de Obras de Infraestrutura.

13.10. Na existência de serviços não descritos, mas necessários, a CONTRATADA somente poderá executá-los após aprovação da autoridade CONTRATANTE.

13.11. Na hipótese de divergência entre as Plantas e as Especificações Técnicas da obra, prevalecerá o constante das Especificações Técnicas.

13.12. As dúvidas e/ou omissões, porventura existentes nas Especificações Técnicas constantes dos Anexos do Edital, serão resolvidas pela Coordenação de Obras de Infraestrutura do IFSULDEMINAS;

13.13. Todos os trabalhos deverão ser executados por mão de obra qualificada, devendo a CONTRATADA estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondentes a cada um dos serviços constantes das Especificações Técnicas;

13.14. A CONTRATADA ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância do IFSULDEMINAS;

13.15. A omissão de qualquer procedimento técnico, ou normas neste ou nos demais documentos técnicos, nos projetos, ou em outros documentos contratuais, não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas da ABNT vigentes e demais pertinentes, como também as normas do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

13.16. Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela CONTRATADA, desconhecimentos, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições deste Projeto Básico-Caderno Geral e seus anexos, do Contrato e do Edital, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT e outras normas pertinentes. A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o contrato, o Código Civil e demais Leis ou regulamentos vigentes e pertinentes no Município, Estado e na União.

13.17. A CONTRATADA não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado, salvo aqueles que se caracterizem notadamente como de emergência.

14. PAGAMENTO

14.1. Obedecido o Cronograma Físico-Financeiro apresentado, a CONTRATADA solicitará à FISCALIZAÇÃO ou Comissão de FISCALIZAÇÃO instituída pelo IFSULDEMINAS a medição dos trabalhos executados. Uma vez medidos os serviços pela FISCALIZAÇÃO e autorizada, a CONTRATADA apresentará nota fiscal/fatura de serviços para liquidação e pagamento da despesa pelo setor de pagamentos do IFSULDEMINAS-Pró-Reitoria de Administração, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente no prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação de todos os documentos, certidões e consequente regularidade fiscal e trabalhista ao Setor de Contratos do IFSULDEMINAS, situado na Avenida Vicente Simões, 1.111, bairro Nova Pousa Alegre, CEP: 37.550-000, Pousa Alegre/MG.

14.2. Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela FISCALIZAÇÃO.

14.3. As medições serão efetuadas pela FISCALIZAÇÃO, obedecendo-se o seguinte:

14.3.1. Mensalmente, em cumprimento ao Cronograma Físico-Financeiro, quando serão feitas as medições pela FISCALIZAÇÃO ou Comissão Fiscalizadora do IFSULDEMINAS, considerando-se a fabricação e os serviços efetivamente executados e por ela aprovados, tomando por base as especificações e os desenhos do projeto.

14.3.2. Poderão ser emitidos os “Termos de Recebimento” de cada medição, em duas vias.

14.4. A critério único e exclusivo da FISCALIZAÇÃO e aprovados pela Coordenação de Obras de Infraestrutura do IFSULDEMINAS, em casos absolutamente excepcionais, as medições poderão ser feitas considerando-se os materiais e equipamentos fornecidos e depositados no canteiro da obra. Neste caso, o valor a ser levado em conta para efeito de pagamento será o custo dos materiais e equipamentos constante das composições de custos unitários apresentadas pela CONTRATADA, comprovado através de nota fiscal.

15. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. O prazo de execução da obra é de **06 (Seis) meses** a contar da data do recebimento da ORDEM DE SERVIÇO e 15 (quinze) dias para início, expedida pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional do IFSULDEMINAS.

15.2. Será condição para a emissão da ORDEM DE SERVIÇO a apresentação pela CONTRATADA, de ART-Anotação de Responsabilidade Técnica do engenheiro perante o CREA/MG, ou o RRT-Registro de Responsabilidade Técnica do arquiteto perante o CAU/MG, responsável pelos serviços objeto deste Projeto Básico e, se necessário, a comprovação da matrícula específica da obra no INSS e da Garantia legal.

16. RECEBIMENTO DA OBRA E DOS SERVIÇOS

Executada a obra, esta será recebida:

16.1. Provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e FISCALIZAÇÃO, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA de finalização da obra.

16.2. Documentação necessária a ser apresentada pela empresa quando da comunicação de encerramento da obra e solicitação do Recebimento Provisório:

16.2.1. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais Aprovado, quando for o objeto do contrato;

16.2.2. Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, exclusivamente sobre o CEI da Obra, com a finalidade de averbação de obra de construção Civil;

16.2.3. Certificado de regularidade de Situação perante o FGTS;

16.2.4. Comprovação de Quitação de débitos, junto às concessionárias de serviços públicos relativos à obra objeto deste contrato.

16.2.5. Cópia de Regularidade (Baixa) para com órgãos públicos (CREA, INSS, MTE, etc.)

16.2.6. CD-ROM contendo todos os projetos atualizados “As Built” do empreendimento.

16.2.7. Cópias impressas de todos os projetos “As Built”, assinados pelos respectivos responsáveis técnicos e pela FISCALIZAÇÃO, em duas vias.

16.2.8. Certificados de Garantias e Manuais de todos os equipamentos instalados na obra.

16.2.9. Documentação Técnica do Sistema de Proteção contra Descargas atmosféricas (Atestado de medição e registro de valores medidos de resistência de aterramento).

16.2.10. Certificado de treinamento dos colaboradores do IFSULDEMINAS – Campus Machado quanto ao uso e funcionamento dos dispositivos de combate a Incêndio e Pânico instalados, quando for o caso;

16.2.11. Livro de ocorrências devidamente encerrado;

16.3. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais

encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.4. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

16.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

16.6. O RECEBIMENTO DEFINITIVO se dará, até 90 (noventa) dias do recebimento provisório, pela FISCALIZAÇÃO ou COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO ou comissão especialmente designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

16.7. Deverá ser observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.

- Art. 69. O CONTRATADO é obrigado a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

17. CONSIDERAÇÕES GERAIS

17.1. Em atendimento a IN nº 01 de 19 de janeiro de 2010, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar à FISCALIZAÇÃO a comprovação da origem de toda a madeira a ser utilizada na execução da obra. Fica a CONTRATADA também obrigada a, sempre que houver disponibilidade local, utilizar agregados reciclados desde que, haja suficiente capacidade de suprimento na região, custo inferior em relação aos agregados naturais e APROVADOS PREVIAMENTE PELA FISCALIZAÇÃO, bem como utilizar materiais reciclados, reutilizados ou biodegradáveis desde que APROVADOS PREVIAMENTE PELA FISCALIZAÇÃO e que não comprometam estruturalmente a edificação nem questões relacionadas a conforto térmico e durabilidade dos materiais.

17.2. Ainda em atendimento à IN acima referida, informamos que:

17.2.1 O edifício foi projetado para se utilizar o mínimo de equipamento mecânico de climatização e que caso venha ser necessário, estes serão instalados apenas nos locais demandados;

17.2.2 Sempre que possível, deve-se implantar/utilizar um sistema de reuso e de aproveitamento de água de chuva.

17.3. Quanto às indicações de marcas dos materiais e elementos a serem utilizados, deve ser considerado como EQUIVALENTE o material ou elemento que por analogia total ou equivalência, apresentar idêntico desempenho da função técnica e que apresentem as mesmas características exigidas nas Especificações Técnicas e/ou Memorial Descritivo. Caberá à CONTRATADA, e tão somente a ela, através de laudos técnicos, testes, exames ou certificados de órgãos competentes, comprovar a equivalência.

17.4. A CONTRATADA somente poderá proceder a qualquer alteração da obra com relação aos projetos executivos, bem como o emprego de quaisquer materiais diferentes daqueles apontados como marcas ou referência após a autorização prévia e expressa da FISCALIZAÇÃO e da CONTRATANTE.

17.5. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar à Coordenação Geral de Obras e Infraestrutura do IFSULDEMINAS, quando da conclusão dos serviços, o "As Built", com todas as informações e detalhes atualizados de todas as alterações e modificações, previamente autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, ocorridas durante a execução da obra. O "As Built" deverá ser entregue em CD com os arquivos em formato DWG AutoCad 2016.

18. DOCUMENTOS ANEXOS

Em atendimento ao disposto no Art. 47 da lei nº 8666 de 21/06/1993, além deste Projeto Básico-Caderno Geral, serão fornecidos aos licitantes os seguintes elementos:

- 18.1. Especificações Técnicas/Memorial Descritivo;
- 18.2. Planilha de referência com custos e quantitativos;
- 18.3. Cronograma físico-financeiro;
- 18.4. Composição do BDI;
- 18.5. Declaração de Compatibilidade com Tabelas Públicas de Preços Referenciais;
- 18.6. Composições próprias e cotações de insumos/serviços;
- 18.7. Projetos executivos.

Pouso Alegre/MG, 30 de julho de 2020.

Engº Civil Paulo Roberto de Oliveira

Coordenador Geral de Obras e Infraestrutura

CREA-MG 29.949/D – SIAPE 2056557 – Port. 985/2013

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Roberto de Oliveira, COORDENADOR GERAL - RET - COINFRA**, em 11/09/2020 15:08:45.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/09/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 88096

Código de Autenticação: 1acebaeed



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsuldeminas.edu.br>)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais